

O CÓDIGO FLORESTAL E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: JULGAMENTO DAS AÇÕES ENVOLVENDO A LEI 12.651/2012 (ADC 42 E ADIs 4901, 4902, 4903 E 4937)

*BRAZILIAN FOREST CODE AND THE SUPREME FEDERAL COURT:
JUDGMENT OF LAWSUITS CONCERNING LAW 12,651/2012
(ADC 42 AND ADIs 4901, 4902, 4903 E 4937)*

RODRIGO BORDALO

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Bacharel pela USP. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (pós-graduação), do Centro Preparatório Jurídico (CPJUR) e da Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Procurador do Município de São Paulo. Autor de obras jurídicas. rodrigobordalo@hotmail.com

Recebido em: 19.08.2019

Aprovado em: 20.09.2019

ÁREAS DO DIREITO: Ambiental; Constitucional

RESUMO: O artigo traça um panorama do julgamento envolvendo diversas ações de controle de constitucionalidade, nas quais o Supremo Tribunal Federal apreciou a juridicidade do Código Florestal, com base em diversos fundamentos do direito ambiental brasileiro, entre os quais o princípio da proibição do retrocesso.

PALAVRAS-CHAVE: Código Florestal – Supremo Tribunal Federal – Controle de constitucionalidade – Princípio da vedação do retrocesso – Direito ambiental.

ABSTRACT: The article provides an overview of the judgment regarding several class actions lawsuits, in which the Supreme Federal Court assessed the legality of the Brazilian Forest Code, based on several fundamentals of Brazilian environmental law, including the principle of non-regression.

KEYWORDS: Brazilian Forest Code – Supreme Court – Constitutionality control – Principle of non-regression – Environmental law.

SUMÁRIO: I. A polêmica do Código Florestal. II. O julgamento. Entendimento dos Ministros. III. Síntese esquemática do julgamento. IV. Análise crítica. Referências bibliográficas.